

A formação dos cursos de Geografia e História no Brasil

Roiz, DIOGO. *O Curso de Geografia e História da FFCL da USP e a constituição de um campo disciplinar em São Paulo (1934-1968)*. São Paulo: Editora Alameda, 2021.

Teresa Maria Malatian¹

De longa data Diogo Roiz², docente da UEMS, vem realizando pesquisas sobre temas correlatos à formação do historiador e à constituição do campo disciplinar da História, inicialmente em São Paulo, depois no Paraná. Tema promissor, integra a História da Historiografia Brasileira, embora não se limite a ela pelas conexões, transferências e intercâmbios culturais e institucionais específicos que marcaram sua trajetória. Desde a pesquisa que deu embasamento ao mestrado, o autor aprofundou e ampliou seus estudos até chegar a este livro, onde reuniu seus mais importantes trabalhos sobre o tema, dando-lhes unidade e organicidade. Seu foco principal reside no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Na formação desse campo intelectual comum às duas disciplinas, salienta em sua análise uma configuração acadêmica peculiar, embora não única no país, até sua dissociação e individuação em campos distintos, institucionalizados em cursos específicos.

Memória e contra memória confrontam-se na análise evidenciando as diferentes construções da narrativa em interessante debate que apresenta como figura central o político Júlio de Mesquita Filho e sua atuação desde a

¹ Professora titular, docente do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, campus de Franca. Autora de, entre outros: *Oliveira Lima* (Edusc, 2001), *O cavaleiro negro* (Alameda, 2015). E-mail: tmalatian@uol.com.br,

² Diogo da S. Roiz é professor associado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Autor de, entre outros, *Para ser historiador no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2020.

concepção do projeto. Nasceu em 1934, sob o signo da política, aquela que se tornaria a principal instituição universitária brasileira voltada para a formação de professores e pesquisadores. Outros embates intramuros ali iriam ocorrer e deles o livro se aproxima revelando ao leitor a complexidade do campo intelectual acadêmico e seus vínculos com a política estadual e nacional, onde situa o curso que foi impactado pelas tramas do poder interno e externo à universidade. Não apenas houve currículo oculto, houve regras dizíveis e indizíveis de seu funcionamento.

Diogo Roiz analisa a fundação de uma universidade que surgiu como realização da elite cafeicultora no cenário político, econômico, social e cultural do país. Embora tenha ocorrido no contexto da Revolução de 1930 e da crise econômica desse período, tratava-se de um projeto abrangente datado com antecedência e acalentado por Júlio de Mesquita Filho. No caso do curso de Geografia e História o mito do bandeirismo seria reinventado para consolidar-se na tradição construída em torno da criação da USP. A universidade foi formada por agregação de faculdades – Medicina, Politécnica, Farmácia, Direito e outras – já existentes no Estado de São Paulo e só obteria sede definitiva com a inauguração da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, em 1968. Até então, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionou fragmentada e de modo itinerante em diversos endereços na capital paulista; na Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Rua da Consolação, Praça da República (antigo Instituto de Educação Caetano de Campos), Avenida Tiradentes e Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Nesse percurso, ficou gravada na memória a época da Rua Maria Antônia, que se tornaria o palco de confrontos políticos nos anos 1960.

A contratação de professores estrangeiros foi o caminho escolhido para viabilizar seu funcionamento direcionado para a pesquisa e a formação de professores. No curso de Geografia e História prevaleceu a presença de docentes vindos da França, onde a historiografia passava por uma renovação configurada na recente fundação da revista *Annales*, embora ainda não hegemônica. Os cursos eram ministrados em francês, que obviamente não

era idioma dominado por todos os estudantes, embora o conhecimento do idioma fosse disseminado, em graus diversos de domínio, sobretudo entre os membros da elite paulistana. Para cá vieram colaborar e formatar o curso professores recém-formados e ainda com pequeno prestígio acadêmico, mas solidamente formados: Fernand Braudel, Frédéric Mauro, Jacques Godechot, Maurice Lombard, Jean Glénisson, Emile Coornaert, Jean Gagé, Pierre Monbeig, E. de Martonne e Pierre Deffontaines, entre outros que atuaram nas duas áreas disciplinares e nelas imprimiram uma identidade.

A origem dos professores franceses constituía muito provavelmente uma barreira no convívio entre colegas, como o caso de Alfredo Ellis Junior parece evidenciar. Único detentor da cadeira de História da Civilização Brasileira durante longos anos, teve menor fortuna crítica e foi praticamente esquecido pela historiografia da universidade no Brasil, com poucas exceções. A dicotomia entre letrados autodidatas e especialistas com formação universitária no exterior constituiu uma demarcação na formação desse campo disciplinar, no qual quem fala é tão importante quanto o lugar social de onde fala, na busca da afirmação da competência ou da autoridade científica. É o que afirma Diogo Roiz ao desvendar essa gigantesca operação historiográfica permeada pelo inevitável confronto, mas também pela continuidade e persistência. Impunha-se encontrar mestres com formação suficiente para estruturar e manter em funcionamento os cursos da FFCL e para o curso específico aqui estudado, sem que se abrisse mão de contar entre eles com o professor Alfredo Ellis Júnior, um legítimo representante, pela origem, formação e estudos, da saga bandeirante, por longo ano ocupante da cátedra de História da Civilização Brasileira, apesar de seu perfil de “autodidata” e da adesão à antiga escola da historiografia brasileira, consagrada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Do autodidatismo inicial de alguns docentes à estabilização do rigor metodológico como diretriz para as pesquisas, os mestres aqui apresentados na plena vigência de suas biografias intelectuais percorreram sobretudo os caminhos traçados na historiografia francesa, das diversas “gerações” agrupadas em torno dos *Annales*, que se tornou o paradigma do curso antes

do advento do materialismo histórico como recurso teórico e metodológico para a pesquisa e o ensino da História.

Nesse universo masculino, poucas mulheres tiveram permissão para adentrar no período estudado, como o livro revela, pois a Faculdade, mesmo a Universidade e por que não, o curso de Geografia e História constituíam redutos permeáveis a certa misoginia mal disfarçada com argumentos dificilmente aceitáveis do ponto de vista científico. O universo acadêmico conservador afastava mulheres da docência embora as admitisse como alunas, tanto que logo se tornaram maioria entre os discentes. Contribuiu para isso a forma como foi feito o recrutamento de estudantes: mediante chamada de professoras que trabalhavam em escolas primárias e que, comissionadas, passaram a frequentar os cursos da Faculdade, isto é, afastadas da sala de aula porém não de seus salários. Medida que possibilitou o caminhar em direção a um dos objetivos da instituição, talvez o principal e mais viável em seu início: formar professores para o ensino secundário. No entanto, esse grupo de estudantes não era o único, havia também rapazes que se interessavam pelos cursos e dentre eles saíam os futuros professores da instituição.

O complexo funcionamento da cátedra requeria três níveis de assistentes, cujas funções variavam ao sabor das necessidades do ensino e do professor catedrático. Assistente era um professor confiável, que auxiliava o catedrático em suas aulas e seminários e cuja carreira era sempre uma incógnita quanto ao sucesso, que representava a almejada efetivação no quadro docente. A partir de levantamento bibliográfico exaustivo e atualizado, Diogo Roiz cotejou fontes impressas, manuscritas e entrevistas de história oral, complemento importante à documentação escrita. Deste ponto de vista, seu livro apresenta uma lição de pesquisa ao revelar as possibilidades do uso de diários de classe, programas de ensino, currículos, inventários e outros documentos que teve a felicidade de encontrar nos acervos do CAPH. É de se lamentar que esse tipo de pesquisa nem sempre seja possível pelo simples fato de as fontes não estarem disponíveis ou mesmo preservadas. Com esses documentos foi possível realizar pesquisa

acurada sobre os meandros do funcionamento das cátedras e da atuação dos catedráticos e aspirantes ao cargo. O autor recortou e erigiu em monumentos, para ficarmos na operação historiográfica de Michel de Certeau, impressionante volume e diversidade de fontes que foram interpretadas conforme os aportes teóricos da história cultural e resultaram em síntese instigante sobre as propostas feitas, e de fato implementadas, sobre como deveria ser escrita e ensinada a História das civilizações, seja a geral, seja a brasileira. Nesse sentido, ressaltou a premissa de que o documento não é inócuo, esconde uma montagem que é feita segundo as circunstâncias da época e do meio em que foi produzido, que se fizeram presentes também na sua preservação ou destruição.

As vinculações teórico-metodológicas e as influências conjunturais da política, da economia e da sociedade em geral sobre a formação de historiadores aí estão presentes e operacionalizadas em excelente lição de método. Sua fidelidade aos autores da história cultural e dos intelectuais permitiu-lhe sair do estudo factual, apenas narrativo ou descritivo, para concentrar-se na descoberta das regras do meio, enfim, do *habitus* ali operante. Em colégios invisíveis agora revelados na sociabilidade peculiar que habita e norteia ainda em nossos dias o mundo dos intelectuais universitários, as sociabilidades decisivas nem sempre se evidenciam ao olhar menos acurado dos pesquisadores.

Cabe um destaque aos jogos do poder, configurados na política ampla, bem como na sua versão micro, a política acadêmica, com os debates e os impasses que mobilizaram os professores catedráticos e suas cortes de professores assistentes e colaboradores. Desfrutavam de grande poder por serem suas funções didáticas, de pesquisa e administrativas, estas últimas posteriormente repassadas aos departamentos. Seu poder na produção e reprodução dos quadros de professores era de fato impressionante. O pequeno elenco de disciplinas na grade curricular do curso e suas especificidades de início ministradas sob responsabilidade de um único catedrático polivalente revela a baixa especialização requerida na prática docente, muito diversa do que hoje se estabeleceu nos cursos de História,

com o desdobramento das cadeiras em disciplinas desmembradas e a inclusão de optativas além de interfaces interdisciplinares. Um fato notável é que esses professores produziram livros didáticos para o ensino secundário e para o ensino superior além de artigos em revistas acadêmicas onde divulgavam suas pesquisas. A cátedra assume portanto amplos contornos e largo alcance de atuação.

Entre os temas instigantes abordados pelo livro está a disciplina Etnografia, obrigatória ao longo do curso de Geografia e História, com especialidade em ensino da língua tupi-guarani. Sua presença no currículo revela um apego á chamada paulistanidade que norteou a fundação da FFCL e de seu curso a uma dada visão de mundo e do processo de consolidação da memória histórica. A justificativa para a longevidade dessa disciplina, que hoje nos surpreende, situava-se para seus defensores na antiguidade da língua comum em algumas comunidades indígenas, mas antes de tudo pode-se dizer que integrava a cultura bandeirante paulista alicerçada no trato com esses povos afinal vencidos, escravizados e em grande parte extintos, afinal tornados monumento. E permanecem as perguntas sobre sua utilidade prática para os professores secundários que o curso se propunha formar, aos quais não era oferecida aparentemente formação antropológica sobre os afrodescendentes, mesmo sendo admitida a formação multiétnica da população brasileira.

Ao abordar a trajetória dos catedráticos de História, Diogo Roiz construiu biografias de intelectuais entrelaçadas pelo fio institucional poderoso, que permitiram a compreensão da vida e da obra de mestres da estatura de A. Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Eurípedes Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e Astrogildo Rodrigues de Mello, aos quais a fortuna crítica não se distribuiu com equidade, e desta desigual recepção resultaram em alguns casos, silêncio e esquecimento pela Historiografia. Assim surpreende que Alfredo Ellis Junior apesar da extensa obra e da inserção autorizada em Institutos Históricos e Geográficos, acabou por ser marginalizado ao passo que Sérgio Buarque de Holanda e sua obra repercutem até os dias atuais, em constantes releituras

Teresa Maria Malatian

e reinterpretações, motivadas pelo instigante brilho de sua escrita impecável, pela erudição colossal e utilização inovadora das fontes.

1121